



**Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

Resumo Executivo

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA E 5º ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Brasília (DF), 25 e 26 de novembro de 2008

Local: Hotel Lake Side – Sala Dolphing

**RESUMO EXECUTIVO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA E 5º ENCONTRO
DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS
REALIZADA EM 25 e 26 DE NOVEMBRO DE 2008.**

1 **Participantes:**

2 Sr. Gustavo Vidigal (Coordenador Geral do CNPC), Sr. Juca Ferreira (Ministro da
3 Cultura), Sr. Samuel Pinheiro Guimarães (Embaixador), Sra. Solange Souza Lima
4 (Audiovisual – BA - Titular), O Sr. Geraldo Moraes (Indicações do Ministro – DF –
5 Titular), O Sr. Sérgio Duarte Mamberti (Funarte – Titular), O Sr. João Roberto Costa
6 do Nascimento (Frente Nacional de Prefeitos – PE – Titular), O Sr. Bruno de
7 Albuquerque Monteiro (Artes Visuais – PE – Titular), O Sr. Amilson Teixeira de
8 Godoy (Música Erudita – SP - Suplente), A Sra. Dulce Tamara de Rocha Lamego
9 Silva (Dança – BA - Titular), A Sra. Maria Alice Viveiros de Castro (Circo – RJ -
10 Titular), O Sr. Luiz Fernando de Almeida (Iphan – Titular), O Sr. Michel Claude Julien
11 Etlin (Anec – SP - Titular), O Sr. Paulo Ormino David de Azevedo (Patrimônio
12 Imaterial – BA – Titular), O Sr. José Silvestre Gorgulho (Fórum Nacional de
13 Secretários Estaduais – DF - Suplente), O Sr. Oséas de Moraes Borba Neto (Teatro
14 – PE – Titular), O Sr. Osvaldo Viegas (Fórum Nacional de Secretários Estaduais –
15 AL - Titular), A Sra. Sônia Maria Dias Mendes (Fórum Nacional de Secretários
16 Estaduais – PI - Titular), O Sr. Ignácio Kornowisk (Confederação Nacional de
17 Municípios – DF - Titular), A Sra. Rosa Maria Leonardo Coimbra (Dança - DF -
18 Suplente); O Sr. Roberto Gomes do Nascimento (Sefic), O Sr. Afonso, O Sr. Zulu
19 Araújo (Fundação Cultural Palmares), A Sra. Olga Lopez de Ibanez Novion (MP –
20 Suplente), O Sr. Antônio Menezes Júnior (Ministério das Cidades – Suplente), O Sr.
21 Maurício Fernando Pestana (Culturas Afro-brasileiras – SP - Titular), A Sra. Paula
22 Simon Ribeiro (Culturas Populares – RS – Titular), O Sr. Alfredo Tiommo
23 Tolmasquim (MCT - Suplente), A Sra. Maria Beatriz de Medeiros (Artes Digitais – DF
24 - Suplente), A Sra. Ana Paula Santana (SAV), O Sr. Juscelino Alves de Oliveira
25 (Música Popular – GO – Suplente).

26
27 **Pauta dos Trabalhos:**

28
29 **1) Abertura. Sr. Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC)

30
31 **2) Discussão sobre a Cultura e as Relações Internacionais**

32
33 **3) Aprovação da Ata da Reunião Passada**

34
35 **4) Apresentação dos Novos Conselheiros**

36
37 **5) Discussão da proposta de Incentivo para Doação de Obras de Arte a Museus**

38 6) Criação de Grupo de Trabalho para Acompanhar a Reforma da Lei Rouanet

39

40 7) Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho dos Colegiados Setoriais

41

42 8) Discussão sobre a Constituição de uma Comissão Temática para Assuntos
43 Jurídicos

44

45 9) Encaminhamentos, Informes e Comunicações

46

47

48 **Item 1 – Abertura**

49

50 O Sr. **Gustavo Vidigal** (Minc) cumprimentou a todos, e relatou quais seriam os
51 pontos da pauta da reunião: discussão sobre a cultura e as relações internacionais;
52 aprovação da ata da reunião passada; apresentação dos novos Conselheiros;
53 discussão do calendário de 2009; discussão da proposta de incentivo para doação
54 de obras de arte a museus; criação de um grupo de trabalho para acompanhar a
55 reforma da Lei Rouanet; discussão do relatório do grupo de trabalho dos colegiados
56 setoriais; breve relato de cada Conselheiro que participa de Colegiado Setorial sobre
57 o andamento dos respectivos trabalhos; votação da parte do Regimento Interno que
58 trata dos Colegiados Setoriais; discussão sobre a criação da comissão temática que
59 acompanhará toda a parte jurídica que passará pelo Conselho.

60

61 **Item 2 – Discussão sobre a Cultura e as Relações Internacionais**

62

63 O Ministro da Cultura, Sr. **Juca Ferreira** cumprimentou a todos e ressaltou a
64 presença do Sr. Samuel Pinheiro Guimarães. Ele esclareceu que o ano de 2008 foi
65 importante para a consolidação do Ministério da Cultura, com ênfase na
66 compreensão da área cultural, na dimensão simbólica, de direito de cidadania e
67 de economia da cultura. Ele ressaltou que nos Estados Unidos foi durante a
68 depressão econômica que foi atribuída maior importância à economia da cultura e
69 que ela necessitava do Estado para ser implementada. Ele esclareceu que o
70 trabalho do Ministério baseia-se na construção da cultura como política pública
71 criando bens, serviços e disponibilizando recursos e políticas a fim de dar conta do

72 vasto território cultural do nosso país. Ele ponderou que não houve grandes avanços
73 na área de orçamento, pois há grande dificuldade de compreensão do Congresso da
74 necessidade de mudança dos paradigmas atuais. Ele atribuiu essa dificuldade a
75 dispersão dos sujeitos envolvidos, com cada um cuidando de suas necessidades
76 específicas. Ele afirmou ser simpatizante com a proposta da Sra. Milu Vilela de
77 todos juntos pela cultura, manifestando-se conjuntamente em cima de uma
78 plataforma. Ele relatou que no início de sua gestão havia dificuldade de
79 compreensão quanto às possibilidades de interação entre o Ministério da Cultura e o
80 Ministério das Relações Exteriores, mas que isso já está sendo trabalhado em
81 conexões e intervenções conjuntas, pois a cultura brasileira tem que ser pensada
82 para além dos limites do nosso território. Ele ressaltou que o acordo ortográfico abriu
83 uma perspectiva do português ser reconhecido como uma língua oficial nas Nações
84 Unidas. Em seguida ele passou a palavra ao Sr. **Samuel Pinheiro Guimarães**
85 (Embaixador) que cumprimentou a todos e agradeceu o convite de participar da
86 reunião do Conselho Nacional de Política Cultural. Ele comentou sobre o papel da
87 cultura nas relações internacionais, pois ela foi historicamente um instrumento muito
88 importante de política internacional. Ele ressaltou que nos meios de comunicação
89 brasileiros haja uma hegemonia cultural estrangeira e que esse é um aspecto
90 importante da cultura criando esses segmentos de valorização que privilegiam a
91 cultura estrangeira das ex-metrópoles. Ele também falou sobre a importância da
92 cultura para a política externa brasileira, pois o imaginário nacional é formado a
93 partir das manifestações culturais. E através das manifestações culturais antigas que
94 são preservadas de várias formas é que se constrói a idéia de passado brasileiro.
95 Portanto, a atividade do Ministério da Cultura, dos produtores e difusores da cultura
96 é de extrema importância política para a formação da imagem do Brasil dentro do
97 próprio país e para a imagem que é projetada no exterior. Ele esclareceu que é por
98 isso que é importante difundir obras sobre o Brasil em línguas de maior penetração
99 como o inglês, o francês, o espanhol e o árabe. Ele comentou que a política cultural
100 exterior tem uma grande importância na América do Sul, pois há uma assimetria de
101 território, uma assimetria de população e uma assimetria do ponto de vista
102 econômico entre o Brasil e os outros países da América do Sul que pode ser
103 compensada por uma política cultural que permita um maior intercâmbio, com o
104 desenvolvimento em nosso país de programas que propiciem maior conhecimento a
105 respeito desses países vizinhos. Ele acrescentou que o mesmo deve ser pensado

106 em relação aos países africanos. Ele comentou que o Itamaraty tem uma tradição
107 antiga no campo da divulgação da cultura brasileira no exterior, com uma rede de
108 centros de estudo no exterior e apoio a atividades de artes plásticas, música e
109 cinema, com a colaboração nas negociações da Convenção sobre a Diversidade
110 Cultural. Ele colocou que o patrocínio do Estado brasileiro a divulgação da cultura
111 estrangeira é um pouco excessivo em sua opinião. Ele mencionou a importância das
112 manifestações audiovisuais por causa do ponto de vista da política externa,
113 facilitando a difusão de outras manifestações culturais brasileiras no exterior. Em
114 seguida o Ministro da Cultura, Sr. **Juca Ferreira** comentou que o Brasil vem se
115 tornando um protagonista na cena internacional em uma velocidade muito grande e
116 que a presença brasileira no mundo deverá ser acompanhada de uma presença
117 cultural não no sentido hegemônico. Assim, cabe aos Ministérios facilitar a
118 expansão dessa presença cultural através de intercâmbios, eventos e cooperação
119 com outros países. Ele comentou que em relação às instituições internacionais das
120 quais o Brasil faz parte tendem a reproduzir a visão de complexidade da importância
121 da relação do Brasil com a América Latina e com a África, dentre outros. Ele afirmou
122 que não há possibilidade de desenvolvimento de uma economia da cultura se não
123 forem modificados alguns padrões de realização do direito autoral no mundo. Ele
124 indagou como o Itamaraty se posiciona a respeito dessas questões. A Sra. **Solange**
125 **Souza Lima** cumprimentou a todos e relatou que em recente visita ao Equador
126 soube que o exemplo usado por aquele país para trabalhar políticas de audiovisual é
127 o modelo usado pelo Ministério da Cultura do Brasil. Ela também relatou que
128 participou na Venezuela de um encontro latino americano de produtores onde foi
129 ressaltada a importância da criação de um bloco de países para fortalecer a
130 visibilidade dos seus filmes. Ela acrescentou que logo após voltar da Venezuela foi
131 criado um portal da América Latina onde vão estar postados os filmes brasileiros e
132 os dos demais países para que haja um intercâmbio maior de visibilidade da
133 produção latino americana. Ela ressaltou a importância do trabalho do Ministério da
134 Cultura, mas relatou que no campo do audiovisual alguns problemas estão
135 acontecendo em co-produções com outros países por causa de entraves relativos a
136 verbas que acontecem na Receita Federal. O Sr. **Geraldo Moraes** deu bom dia a
137 todos e saudou a presença do Embaixador, agradecendo a contribuição dele para o
138 cinema ao longo de sua trajetória. Ele relatou que a aprovação e a implantação da
139 Convenção da Unesco teve participação de vários países, em especial do Brasil

140 através do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores. E esse
141 trabalhou focou-se na questão do comércio internacional dos bens culturais, a partir
142 de coalizões organizadas pela sociedade civil em defesa da diversidade cultural,
143 formadas por associações, representações da sociedade civil nas áreas da indústria
144 audiovisual, fonográfica e editorial. Atualmente, na medida em que a Convenção
145 entra em ação não é mais suficiente falar exclusivamente em setores da indústria
146 cultural. Ele ressaltou a importância do trabalho de promoção da diversidade cultural
147 como continuação do discurso anterior. Ele indagou sobre a posição do Brasil dentro
148 da Convenção da Unesco, especialmente em relação ao fundo da diversidade
149 cultural e a diversificação de fontes de recursos para este fundo. O Ministro da
150 Cultura, Sr. **Juca Ferreira** agradeceu aos comentários e respondeu que para facilitar
151 a presença cultural acredita que devam acontecer ações junto às elites dos
152 diferentes setores de diversos países que se seguiria de uma ação junto a grande
153 maioria da população que poderia acontecer na televisão por ser este
154 indiscutivelmente um veículo de massa. Ele acrescentou que mesmo os dirigentes
155 culturais, intelectuais, econômicos e políticos de outros países tem apenas um
156 conhecimento indireto do Brasil, o que dá margem para a criação de estereótipos.
157 Ele também respondeu que em relação às instituições internacionais das quais o
158 Brasil faz parte elas organizam grandes conferências para gerar normas que
159 posteriormente serão aplicadas internamente. Ele acrescentou que em relação a
160 parceiros como a China e a Índia existem articulações para definir interesses
161 comuns, levar a eles as experiências brasileiras, desenvolver programas de
162 intercâmbio objetivando a diversidade cultural na sociedade brasileira. Ele
163 mencionou o esforço e a dificuldade de combate à pirataria, a biopirataria e a
164 pirataria de conhecimentos tradicionais. Ele indagou ao Sr. **Juca Ferreira** sobre qual
165 tinha a sua pergunta em relação à regulação da economia da cultura. O Sr. **Juca**
166 **Ferreira** esclareceu que tinha perguntado sobre a abertura de regras do mercado
167 cultural e da economia da cultura internacional. O Sr. **Samuel Pinheiro Guimarães**
168 respondeu que isto faz parte do quadro e que o fortalecimento da produção cultural
169 do Brasil e o melhor conhecimento do Brasil permitirão uma redução da hegemonia.
170 Ele comentou que as telenovelas brasileiras tem grande repercussão em muitos
171 países e que esse veículo pode ser usado para que outras sociedades passem a ter
172 um conhecimento, ainda que imperfeito, da sociedade brasileira. Ele respondeu que
173 em relação às políticas de audiovisual espera-se maior reconhecimento nos outros

174 países do trabalho feito pelo Ministério da Cultura brasileiro e pelo Governo
175 Brasileiro como um todo. Ele acrescentou que as dificuldades em relação às
176 autoridades do Ministério da Fazenda poderiam ser dirimidas se o Conselho
177 convidasse para membro o Secretário da Receita Federal, criando um canal
178 importante para debater com as autoridades encarregadas de tributação. Ele
179 também respondeu que para o Brasil, do ponto de vista político, mais vale uma ação
180 bilateral do que a contribuição para um fundo e que por isso, com países como Gana
181 e Equador, poderiam ser identificados alguns programas e poderíamos ajudá-los
182 nesses processos de preservação de manifestações culturais tradicionais. O Sr.
183 **Juca Ferreira** acrescentou que em recente encontro com a Presidente do Chile ela
184 afirmou que o Brasil precisa se destacar na América Latina como protagonista na
185 área de audiovisual, propondo a criação de um mercado comum e de um sistema de
186 co-produção. O Sr. **Samuel Pinheiro Guimarães** afirmou que existe grande
187 necessidade de preservação no Brasil do patrimônio imaterial e que isso poderia ser
188 combinado com a indústria cultural. Ele ressaltou o problema gerado pelo
189 desconhecimento das elites brasileiras em relação à própria cultura brasileira. O Sr.
190 **João Roberto Costa do Nascimento** cumprimentou a todos e comentou que
191 atualmente a economia da cultura tem um papel cada vez mais relevante na
192 economia mundial. Ele indagou qual seria o papel do Itamaraty dentro desse
193 processo de ampliação dos mercados no plano internacional para os produtos
194 brasileiros, mais especificamente no campo da economia da cultura. Ele também
195 perguntou como o Itamaraty vê algumas iniciativas do Ministério da Cultura como o
196 ano do Brasil na França e qual é o reflexo disso nas relações internacionais do Brasil
197 com esses países, a participação do produto brasileiro nesses mercados e o
198 aumento do fluxo de turismo internacional, especialmente do turismo cultural para o
199 Brasil. O Sr. **Bruno de Albuquerque Monteiro** saudou a todos e ressaltou que a
200 formação de um grupo de trabalho interministerial como esse é de extrema
201 importância. Ele indagou de que forma poderia ser iniciado já no ano que vem o
202 trabalho para que produzisse índices e respostas imediatas às expectativas do
203 segmento de artes visuais. O Sr. **Sérgio Duarte Mamberti** comentou que na
204 Convenção da Diversidade Cultural o Ministro Gilberto Gil conseguiu abolir a
205 hierarquia das expressões culturais que era expressa no nome da convenção, que
206 separava o erudito do popular. Ele relatou que tem estabelecido sistematicamente
207 relações bilaterais com o Paraguai, Equador, Chile, Peru, Argentina, e Venezuela.

208 Ele acrescentou que em relação às culturas indígenas o trabalho da Funarte tem
209 sido elogiado, mas que algumas questões alfandegárias e de taxações precisam ser
210 reelaboradas. Ele afirmou que espera contar com a parceria do Ministério das
211 Relações Exteriores. O Sr. **Amilson Teixeira de Godoy** comentou que os artistas
212 brasileiros que viajavam com passaporte vermelho representando o Brasil se
213 orgulhavam imensamente disso. Ele questionou a produção musical autêntica
214 brasileira e a autoprodução. Ele pediu que o Embaixador fizesse uma reflexão maior
215 sobre a produção independente e indagou como poderá ser fortalecida a produção
216 internacional. A Sra. **Dulce Tâmara de Rocha Lamego Silva** cumprimentou a todos
217 e indagou se a indústria audiovisual irá substituir a dança apresentada por um grupo.
218 Ela expressou que a dança merece uma política própria porque a indústria
219 audiovisual não conseguirá suprir esse papel. Ela ressaltou que o Brasil é um dos
220 grandes exportadores de bailarinos para a Europa, mas que desenvolvem muito
221 pouco intercâmbio com a América Latina. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro**
222 afirmou que levando para a sua área de atuação, o circo, a fala do Sr. Bruno e a fala
223 da Sra. Dulce representam os seus anseios. Ela sugere que com a criação dos
224 colegiados temáticos os participantes possam ter acesso aos acordos que já foram
225 firmados. O Sr. **Luiz Fernando de Almeida** comentou que a Convenção da
226 Diversidade não representa ainda a criação de políticas públicas locais e que a
227 Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO necessita de uma revisão, pois
228 ainda representa uma visão europeizante de construção do olhar sobre o patrimônio.
229 Portanto, ele afirmou que os desafios que estão ligados à transversalidade entre as
230 várias ações e as várias dimensões do problema do patrimônio e da cultura ainda
231 não se refletem nos pactos multilaterais. Ele indaga sobre os limites das
232 cooperações bilaterais. O Sr. **Michel Claude Julien Etlin** saudou o Embaixador e
233 indagou quanto de taxa cultural o Brasil tem no mundo, como são selecionadas e se
234 eles trabalham em coordenação com o Ministério da Cultura. O Sr. **Paulo Ormino**
235 **David de Azevedo** afirmou que as questões culturais e educacionais tem grande
236 ligação e que o Itamaraty teve grande responsabilidade em um projeto de
237 intercâmbio estudantil na América Latina que foi muito eficiente e que poderia ser
238 continuada. O Sr. **Samuel Pinheiro Guimarães** agradeceu aos comentários e se
239 prontificou a responder as questões solicitadas. Ele disse que o Ano do Brasil na
240 França teve repercussões importantes e que espera que o mesmo aconteça com o
241 ano da França no Brasil, pois é uma atividade positiva para a diversificação da

242 cultura na sociedade brasileira. Ele afirmou que tiveram dentro do Ministério das
243 relações Exteriores um aumento significativo das dotações para as atividades do
244 departamento cultural no exterior e conseguiram uma rubrica orçamentária para a
245 promoção de atividades culturais de países da América do sul no Brasil. Ele
246 complementou que estão aptos a participar da criação de um grupo de trabalho
247 interministerial para divulgação das manifestações das artes visuais no exterior. Ele
248 afirmou que a produção musical autentica brasileira depende muito das políticas do
249 Ministério da Cultura, mas que eles estão prontos a colaborar e receber sugestões
250 para definir uma política mais focada nas atividades no exterior. Ele esclareceu o
251 uso do registro audiovisual ao invés de levar grupos para o exterior devido a
252 dificuldades orçamentárias. Ele afirmou que esse seria só mais um recurso que
253 serviria para contribuir e não para substituir. Ele disse que gostaria de ver as idéias
254 da Sra. Dulce sobre bolsas para artistas formados, recém-formados. Ele colocou que
255 estão prontos a fazer um levantamento dos acordos. Ele afirmou que entendeu que
256 haveria uma resistência da UNESCO para ampliação do centro de formação de
257 gestores para o patrimônio para incluir pessoas participantes de países de língua
258 portuguesa. O Sr. **Luiz Fernando de Almeida** esclareceu que a maneira como se
259 trabalha dentro do campo multilateral não é tão multilateral assim. O Sr. **Samuel**
260 **Pinheiro Guimarães** sugeriu que fossem discutidas sugestões para resolver o
261 problema. Em relação ao limite da cooperação bilateral ele esclareceu que há um
262 grande interesse na cooperação com os países da América do Sul, mas que as
263 questões das convenções devem ser conversadas com quem tem mais
264 conhecimento do assunto. Ele esclareceu que hoje em dia não existem mais adidos
265 culturais no exterior. Existem centros de estudos que estão sendo transformados em
266 centros culturais. Ele afirmou considerar muito importante os programas de
267 intercambio de estudantes na América Latina, mas que houve diminuição de
268 interesse dos países porque desenvolveram suas estruturas universitárias. Ele
269 complementou que devido ao desequilíbrio entre o sistema universitário do Brasil e
270 os dos outros países os alunos que vem fazer intercambio não querem voltar para
271 os seus países e que isso não nos interessa e sim que esses alunos bem
272 qualificados voltem para os seus países de origem e contribuam com o sistema
273 universitário de lá, fortalecendo os países vizinhos do ponto de vista científico e
274 cultural. Por fim, ele agradeceu a atenção e os comentários proferidos. O Sr. **José**
275 **Silvestre Gorgulho** agradeceu a presença do Embaixador e cumprimentou a todos.

276 Ele comentou que o Festival de Cinema de Brasília é acessível aos cegos e aos
277 surdos e entregou uma cópia do material aos presentes na reunião.

278

279 **Item 3 – Aprovação da Ata da Reunião Passada**

280

281 Após intervalo para almoço o Sr. **Gustavo Vidigal** indagou se todos receberam uma
282 cópia da ata e perguntou se alguém queria fazer comentários. O Sr. **Oséas de**
283 **Moraes Borba** esclareceu que as entidades de direitos autorais por ele citadas
284 foram: a Associação Brasileira de Autores Teatrais e a Abramos. O Sr. **Gustavo**
285 **Vidigal** solicitou que este erro fosse encaminhado por escrito. O Sr. **Amilson**
286 **Teixeira de Godoy** disse que pensava que constariam na ata seus comentários com
287 relação às exigências que existiam nas leis de incentivo a cultura. O Sr. **Gustavo**
288 **Vidigal** esclareceu que se trata de uma ata resumida, mas que ele poderia formular
289 um texto e ele seria, então, incorporado. O Sr. **Amilson Teixeira de Godoy** também
290 solicitou que constasse em ata sua reivindicação em relação à não remuneração dos
291 participantes da reunião. O Sr. **Gustavo Vidigal** colocou a ata com as modificações
292 feitas em votação e ela foi aprovada por unanimidade.

293

294 **Item 4 – Apresentação dos Novos Conselheiros**

295

296 O Sr. **Oswaldo Viegas** cumprimentou a todos. Apresentou-se como Secretário de
297 Cultura do estado de Alagoas e disse que irá representar os Secretários juntamente
298 com a Sonia Terra do Piauí e o Silvestre Gorgulho do Distrito Federal. Relatou
299 brevemente a sua participação em trabalhos no setor. O Sr. **Sérgio Duarte**
300 **Mamberti** cumprimentou a todos e disse estar muito honrado em participar do
301 Conselho. Ele afirmou que a Funarte foi totalmente desestruturada no Governo
302 Collor, mas tem sido feito um trabalho maravilhoso de reconstrução. Ele afirmou que
303 é preciso que se entenda que a diversidade cultural não é política para índio ou para
304 afro-descendente e que é preciso criar interfaces entre as artes e as outras
305 expressões como as culturas indígenas, populares, dentre outras. A visão
306 preconceituosa das elites sempre impediu que se visse a cultura nessa amplitude,
307 com uma consideração não hierárquica. Ele complementou que será feito o Plano
308 Nacional de Cultura que servirá para os próximos dez anos e afirmou que pensam
309 em trazer o Ministério para Brasília. A Sra. **Sônia Maria Dias Mendes** pediu

310 desculpas por ter tido que se ausentar da reunião porque ela e o Sr. Osvaldo teriam
311 audiência com o Ministro Juca Ferreira sobre o Programa Mais Cultura. O Sr.
312 **Ignácio Kornowisk** disse estar muito honrado em pertencer ao Conselho e
313 apresentou resumidamente o seu histórico de trabalho. Disse que espera poder
314 contribuir no Conselho representando a CNM. A Sra. **Dulce Tamara de Rocha**
315 **Lamego Silva** fez, em nome do colegiado, uma homenagem ao Sr. Sergio
316 **Mamberti**, reafirmando que a sua presença na Funarte é fundamental para as
317 linguagens artísticas. O Sr. **João Roberto Costa do Nascimento** reiterou os
318 comentários e afirmou que a posse do Sr. Mamberti foi emocionante. Ele propôs
319 uma moção de aplausos e de apoio do Conselho a vinda da Funarte para Brasília. O
320 Sr. **Gustavo Vidigal** solicitou que essa proposta fosse feita por escrito para que
321 fosse lida na reunião. Ele informou que no dia seguinte haveria um espaço somente
322 para as moções.

323
324 **Item 5 – Discussão da proposta de Incentivo para Doação de Obras de Arte a**
325 **Museus**

326
327 O Sr. **Michel Claude Julien Etlin** leu a carta enviada ao Sr. Gustavo Vidigal que
328 trata da criação de meios legais de incentivo dos colecionadores privados a doarem
329 seus acervos aos museus. Ele ressaltou que há muitos anos os museus brasileiros
330 não tem comprado obras de arte por falta de recursos. O Sr. **Paulo Ormino David**
331 **de Azevedo** ponderou que os colecionadores gostariam de doar suas obras desde
332 que elas fossem mantidas como uma coleção unitária com o nome do doador. Ele
333 afirmou que a inexistência no Brasil da taxa de herança é um incentivo a doação,
334 mas que os problemas de sucessão das grandes empresas são um empecilho. O Sr.
335 **Afonso** comentou a dificuldade de regular algumas obras de arte que não são
336 materiais e sim um conceito, uma instalação. Ele acrescentou que outro grande
337 problema diz respeito ao registro das obras de arte que estão com as famílias dos
338 artistas, pois não se pode registra coleções privadas, mas quando elas forem
339 comercializadas elas deverão ser registradas. Ele sugere a criação de um grupo de
340 especialistas para elaborar uma proposta de incentivo para a criação de uma política
341 nacional. O Sr. **Ignácio Kornowisk** indagou se o registro é factível de rastreamento.
342 O Sr. **Afonso** esclareceu que o Iphan tem um registro obrigatório, mas que essa é
343 uma medida que não proíbe a saída do Brasil. O Sr. **Paulo Ormino David de**

344 **Azevedo** sugeriu a organização de um grupo de colecionadores brasileiros para
345 debater o assunto e outro do Poder Público para discutir e analisar as legislações
346 dos outros países sobre o assunto. O Sr. **Gustavo Vidigal** sugeriu a organização de
347 um seminário composto por uma parceria do Ministério da Cultura e das entidades
348 da sociedade civil. O Sr. **Paulo Ormino David de Azevedo** ponderou que além da
349 participação dos colecionadores e galerias deveriam ser convidados participantes
350 das representando os críticos de arte e peritos. O Sr. **Renato Jaqueta Benine**
351 propôs que fosse criado um grupo de trabalho dos membros do Conselho para
352 organização da proposta de seminário. O Sr. **Gustavo Vidigal** propôs que depois
353 que o Ministério montasse esse grupo de trabalho o Conselho convocaria alguns
354 representantes para fazer a interlocução do grupo com os debates do Conselho.

355
356 **Item 6 – Criação de Grupo de Trabalho para Acompanhar a Reforma da Lei**
357 **Rouanet**

358
359 O Sr. **Gustavo Vidigal** propôs que houvesse alteração na pauta da reunião para
360 que este assunto fosse deliberado antes do tema que trata do incentivo a doação de
361 obras de arte a museus para que pudessem aproveitar a presença do secretário
362 Roberto Nascimento. Ele convidou o Sr. Roberto introduzisse a discussão sobre o
363 tema falando como o grupo de trabalho, na visão do Secretário do Conselho, poderia
364 auxiliar o tramite da proposta e qual seria o cronograma de trabalho. O Sr. **Roberto**
365 **Gomes do Nascimento** cumprimentou a todos e sugeriu que na discussão do
366 calendário fosse considerado o calendário de realização da Comissão Nacional de
367 Incentivo à Cultura para que não haja sobreposição. Ele relatou que houve três
368 encontros da série Diálogos Culturais com boa avaliação. As apresentações estarão
369 disponíveis no site do Ministério. Ele relatou também que tudo será feito como ação
370 do Executivo com coordenação da Casa Civil e que estão, no momento, finalizando
371 a nota técnica conjunta com o Ministério da Fazenda e em seguida será feita outra
372 nota técnica com o Ministério do Planejamento. Ele afirmou que já existe uma página
373 na Internet para discussão do tema, além de uma oficina de discussão do modelo de
374 financiamento da cultura com calendário planejado para setembro e outubro de 2009
375 que objetivará escutar a sociedade e incorporar inovações. Ele afirmou que seria
376 muito importante ter uma proposta formalizada do Conselho para ser debatida e
377 eventualmente incorporada no projeto, mas que falta tempo hábil para tal. Ele contou

378 que tem recebido inúmeras solicitações de alterações da Lei. O Sr. **Amilson**
379 **Teixeira de Godoy** justificou que quando fez sua apresentação em São Paulo
380 gostaria de ter mencionado sobre o aumento das possibilidades que ocorrerá com a
381 concessão de 100% para financiamento da música erudita e instrumental. O Sr.
382 **Michel Claude Julien Etlin** indagou como será o vale-cultura e a loteria cultural. Ele
383 comentou sobre a aplicação da Lei Rouanet a pessoas físicas. O Sr. **João Roberto**
384 **Costa do Nascimento** afirmou que o envio do Projeto da Lei ao Congresso tem que
385 acontecer no mais curto espaço de tempo possível. Ele sugeriu que fosse feita uma
386 reunião extraordinária do Conselho para que este tome conhecimento da proposta
387 assim que ela ficasse pronta. Ele afirmou que a manutenção de alguns projetos
388 apenas com os incentivos da Lei faz com que esses projetos só sobrevivam se a
389 empresa privada que os apóia tiver lucro e esse não é um modelo sustentável de
390 política pública. Ele afirmou que a grande inovação que essa discussão está
391 trazendo é o diálogo com o novo modelo e a participação social na questão de
392 definição de prioridades e de metas do Governo. O Sr. **Roberto Gomes do**
393 **Nascimento** afirmou que o vale-cultura não prevê a criação de imposto nenhum. Ele
394 não seria um salário e, portanto, melhoraria a qualidade de vida dos trabalhadores
395 sem impactar negativamente o empregador. Ele terá uma parcela dedutível do
396 imposto de renda para as empresas que contribuem no lucro real. Na verdade,
397 haverá uma renúncia fiscal e em contrapartida um aumento do consumo cultural. Ele
398 esclareceu que a loteria será completamente diferente da loteria do esporte e a
399 Caixa Econômica já se interessou pelo projeto. Ele relatou que o acervo de obras de
400 arte da Caixa foi todo adquirido para estampar os bilhetes de loteria. Ele ressaltou
401 que hoje não há problema em captação de renúncia fiscal, mas temos que qualificar
402 essa captação e aumentar a participação de dinheiro novo no sistema para poder
403 representar um montante maior. Ele complementou que a Lei Rouanet deixa clara a
404 impossibilidade de análise do mérito subjetivo. Ele afirmou que tentou negociar com
405 o Ministério da Fazenda o desconto de pessoas físicas, mas que eles negaram por
406 impossibilidades tecnológicas de administração destas operações. O Sr. **Geraldo**
407 **Moraes** sugeriu que examinassem os Fnor e o Fnam. O Sr. **Roberto Gomes do**
408 **Nascimento** esclareceu que esses fundos já incluíram a cultura como objeto de
409 financiamento para desenvolvimento regional. Ele relatou que em breve negociará
410 com a Sudan, pois ela ainda não considera cultura como agente de
411 desenvolvimento. Ele esclareceu também que convém analisar a publicização da

412 minuta. Ele sugeriu que a Secretaria Executiva do Conselho analise a possibilidade
413 de realização de uma reunião extraordinária para tratar do assunto. Ele propôs que
414 se identificasse um grupo para trabalhar o assunto que se reuniria tão logo a minuta
415 fosse disponibilizada e posteriormente o grupo repassa as informações para o resto
416 do Conselho. O Sr. **Michel Claude Julien Etlin** afirmou que já existe um grupo de
417 trabalho. O Sr. **Ignácio Kornowisk** complementou que a Lei Rouanet universalizou
418 o acesso, mas ainda preocupa o acesso a todas as áreas e todas as regiões que
419 possam se beneficiar da Lei e também o organismo para fazer a captação. O Sr.
420 **Oséas de Moraes Borba Neto** disse que o formulário eletrônico irá facilitar o
421 trabalho de apresentação dos projetos. Ele ressaltou que o aumento do fomento
422 deve vir primeiro do que o aumento da demanda. O Sr. **Paulo Ormino David de**
423 **Azevedo** afirmou que o vale-cultura é uma das áreas que se deve trabalhar não pela
424 criação de imposto e sim evitando a sonegação. Ele comentou também que se deve
425 imaginar algo que estimule as apostas na loteria cultural. O Sr. **Roberto Gomes do**
426 **Nascimento** disse que há um problema estrutural de desigualdade regional relativas
427 ao volume solicitado de incentivo fiscal e uma das formas de resolver o problema é
428 realmente aumentando o fomento. Ele informou que estão sendo ministradas
429 oficinas sobre como montar um projeto alinhado com políticas públicas e também
430 como se administra um cronograma físico financeiro. O Sr. **Paulo Ormino David**
431 **de Azevedo** comentou que a região norte e nordeste do Brasil não têm enviado
432 muitos projetos porque as decisões concentram-se no Rio e em São Paulo e isso
433 cria um descrédito. O Sr. **Roberto Gomes do Nascimento** afirmou que o Ministério
434 da Cultura não teria como controlar a distribuição regional de recursos de acordo
435 com a contribuição. Somente a Receita Federal teria condições de fazer esse
436 controle. O Sr. **Paulo Ormino David de Azevedo** afirmou que estas oficinas
437 incentivam a formação de gestores públicos a fazer projetos e administrar recursos.
438 O Sr. **Maurício Fernando Pestana** disse se preocupar-se quando se fala da
439 regionalização, pois há uma Região Nordeste em São Paulo também. O Sr. **Roberto**
440 **Gomes do Nascimento** disse que sempre leva em consideração as desigualdades
441 dentro de uma mesma região ou estado. Ele afirmou que o formulário eletrônico irá
442 desagregar toda essa informação tirando o único georeferenciamento de um projeto
443 do endereço do proponente. O Sr. **Gustavo Vidigal** relatou que os dois
444 encaminhamentos são: a possibilidade de realização de uma reunião extraordinária
445 e a montagem de um grupo de trabalho para acompanhar a movimentação da

446 proposta de reformulação da Lei Rouanet. Ele afirmou que a Secretaria Executiva do
447 Conselho irá avaliar a possibilidade de realização de uma reunião extraordinária. Ele
448 propôs que o grupo de trabalho fosse constituído por cinco pessoas indicadas por
449 cada grupo, sendo uma do Ministério, uma de Secretarias Estaduais e Municipais de
450 Cultura, duas de entidades civis egresso de colegiados setoriais. O Sr. **João**
451 **Roberto Costa do Nascimento** propôs que o grupo tivesse um representante das
452 Secretarias Estaduais de Cultura e outro das Secretarias Municipais. O Sr. **Gustavo**
453 **Vidigal** afirmou que o grupo de trabalho não pode ser formado por seis pessoas
454 para não ter empate nas decisões e também o regimento dispõe que sejam cinco
455 membros. O Sr. **João Roberto Costa do Nascimento** afirmou que o regimento não
456 dispõe número para grupo de trabalho. Dessa forma, o Sr. **Gustavo Vidigal** propôs
457 que o grupo fosse formado por um membro do Ministério, um representante dos
458 Secretário de Cultura estaduais, um representante dos Secretários de Cultura
459 municipais, três membros da sociedade civil de colegiados e um membro de
460 entidades de modo geral da sociedade civil, ao todo sete titulares e sete suplentes.
461 A proposta é aprovada por todos.

462

463 **Item 7 – Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho dos Colegiados** 464 **Setoriais**

465

466 O Sr. **Gustavo Vidigal** retomou o segundo dia de reunião. O Sr. **Bruno de**
467 **Albuquerque Monteiro** relatou que houve dois encontros do seu colegiado e o
468 resultado do trabalho vai ser exposto posteriormente pela Sra. Alice. Ele solicitou
469 que houvesse um documento impresso contendo os trabalhos do grupo de artes
470 visuais. O Sr. **Amilson Teixeira de Godoy** relatou que no colegiado de música
471 foram trabalhadas idéias trazidas pelo Sr. Álvaro Santi a partir dos fóruns realizados
472 por todo o país. A Sra. **Dulce Tâmara de Rocha Lamego Silva** expôs que a câmara
473 de dança apóia a representação por Estado. O Sr. **Oséas de Moraes Borba Neto**
474 afirmou que já foi marcado o retorno do trabalho constante da Câmara de Teatro e
475 que já estão realizando algumas atividades como apresentação de uma emenda
476 para o prêmio Emília Muniz, pedir ao Governo que se pronuncie em relação ao
477 prêmio de fomento ao teatro brasileiro, volta da campanha do abaixo-assinado pela
478 PEC 150 e elaboração do Plano Nacional de Teatro. Ele afirmou que a realização de
479 fóruns estaduais que trabalhem em conjunto é fundamental para o grupo. A Sra.

480 **Maria Alice Viveiros de Castro** relatou que a reunião do grupo do circo foi marcada
481 pelo alegria. Ela disse que o grupo é pontuado por uma diversidade imensa que
482 devem ser trabalhadas em relação às questões regionais, mais também pela
483 organização de sua produção. Ela manifestou a difícil situação dos artistas de circo
484 com as proibições de animais, solicitando que os Ministérios competentes
485 posicionem-se a respeito do problema. Ela relatou também a dificuldade de
486 documentação que regulariza a vida do circo. O Sr. **Gustavo Vidigal** afirmou que ao
487 separar os colegiados e dar como foco central de trabalho os planos nacionais
488 setoriais cria-se um horizonte claro de trabalho para cada uma dessas linguagens
489 artísticas para os próximos dez anos. A idéia é que em 2010 possa ser entregue
490 para o Congresso Nacional cada um dos Planos específicos e detalhados, seguindo
491 o mesmo caminho do Plano Nacional. Ele afirmou que a grande tarefa do Conselho
492 é a consolidação de uma nova cultura política por segmento cultural. Ele disse que é
493 tarefa do Conselho dar visibilidade a sociedade da realização deste trabalho para
494 que o Conselho seja reconhecido e adquira legitimidade social e política. Ele expôs
495 a importância de um trabalho articulado entre o Conselho Federal e as instancias
496 estaduais e municipais. A Sra. **Sonia Maria Dias Mendes** sugeriu que houvesse
497 interlocução dos colegiados com o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de
498 Cultura. A Sra. **Solange Souza Lima** parabenizou a iniciativa do Conselho. Ela
499 salientou que será importante a formação de um canal de comunicação via Internet
500 para o Conselho. O Sr. **João Roberto Costa do Nascimento** relatou a importância
501 e o compromisso de cada segmento em participar desse processo, mas insistiu em
502 que as discussões dentro dos grupos sejam aprofundadas, principalmente em
503 relação ao Sistema Nacional de Cultura. Ele afirmou que o ente federativo que mais
504 investe em cultura no Brasil é o Município e por isso é preciso haver uma equação
505 bem resolvida entre União, Estados, Municípios e a sociedade. O Sr. **Amílson**
506 **Teixeira de Godoy** esclareceu que nos seus cinquenta anos de profissão nunca
507 presenciou um quadro político como o dessa reunião. O Sr. **Paulo Ormino David**
508 **de Azevedo** disse que tomará como bandeira defender alguns grupos que não
509 tinham sido contemplados no primeiro decreto, como o artesanato, a moda, o
510 designer, dentre outras categorias. Em seguida ele leu um pequeno texto sobre o
511 fortalecimento das associações de fruidores da cultura. O Sr. **Ignácio Kornowisk**
512 comentou que o contexto geral da cultura no país é muito favorável, com uma
513 situação propicia a formação de conselheiros participativos. Em seguida a Sra.

514 **Maria Alice Viveiros de Castro** leu o relatório final dos grupos de trabalho dos
515 colegiados setoriais. No artigo 9 seria incluída a expressão "solicitar informações e
516 fornecer subsídios ao CNPC" após "debates, analisar e acompanhar". O artigo foi
517 aprovado. Em seguida foi lido o item 3 que será discutido posteriormente. No item 4
518 seria excluída a palavra realizar. O item foi aprovado. O item 5 teria a substituição da
519 palavra "propor" por "promover". O item foi aprovado. No item 7 seria incluir a
520 expressão "estimular a integração de", suprimir a frase "envolver a sociedade e suas
521 instituições na integração de ações e na otimização de", substituindo-a por "otimizar
522 a aplicação de". O item foi aprovado. No item 8 seria substituir "fomentar" por
523 "estimular" e incluir "formulação, realização, acompanhamento e avaliação". O item
524 foi aprovado. Suprimir integralmente o antigo artigo 8º. A proposta foi aprovada. No
525 item 9 seria suprimida a palavra "plenário". O item foi aprovado. No item 10
526 supressão da expressão "a formulação de" e substituir a palavra "realização" por
527 "elaboração". O item foi aprovado. Incluir um novo inciso XI que foi aprovado. Os
528 incisos 13, 14, 15 e 16 serão assunto de debate posteriormente. No inciso 17 seria
529 substituir "plenário" por "CNPC". O inciso foi aprovado. O caput do artigo 10 será
530 analisado posteriormente. Os parágrafos 1, 2, 3, 5, 6 do artigo 10 foram aprovados.
531 O parágrafo 4 do artigo 10 será discutido ao final da leitura. O artigo 19 será objeto
532 de análise posterior também. O artigo 21 foi aprovado, com seu parágrafo 4 sendo
533 desdobrado em dois novos parágrafos. O artigo 33 incluiria "mínimo" antes de
534 "semestrais". Este artigo foi aprovado, assim como o artigo 34. O artigo 50 que teria
535 a redação do antigo parágrafo 7 do artigo 10 também foi aprovado. Em seguida o
536 Conselho iniciou a análise dos artigos que não foram aprovados. Em relação ao
537 inciso 6 do mesmo artigo foi resolvido que a expressão usada seria "incentivar a
538 fruição da cultura". Em relação ao item 3 do artigo 9 o Sr. **Ignácio Kornowisk**
539 propôs que a diversidade fosse cultural, local e regional. O Sr. **Zulu Araújo**
540 acrescentou que deveriam tratar também a diversidade para o termo não tivesse que
541 vir acompanhado por um glossário. O Sr. **Paulo Ormino David de Azevedo**
542 propôs que houvesse um léxico no final do documento definindo os termos usados.
543 Seguiu-se um debate em relação ao assunto e ficou definido que em votação que
544 seria acrescentada a expressão regionais ao texto. No item 1 do artigo 10 após
545 ampla discussão foi aprovado com a seguinte redação: "cinco representantes do
546 Poder Público escolhidos entre técnicos e especialistas pelo Ministério da Cultura
547 e/ou órgãos estaduais, distritais e municipais relacionados ao setor". Continuando,

548 em relação ao item 2 do artigo 10 houve ampla discussão e ficou aprovado que seria
549 mantida a redação do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho. Em relação ao
550 item 6 foi decidido que seria substituído pela seguinte redação: "o mandato dos
551 representantes da sociedade civil será de dois anos improrrogável contados a partir
552 da data da posse sendo permitida uma única recondução". E finalmente, foi
553 aprovado em relação ao artigo 19 que o texto ficaria: "incentivar a valorização das
554 atividades e modalidades de exercício profissional vinculados à cultura, além, da
555 formação de profissionais da área". Dessa forma foi finalizada a aprovação do
556 regimento interno.

557
558 **Item 8 – Discussão sobre a Constituição de uma Comissão Temática para**
559 **Assuntos Jurídicos**

560
561 A Sra. **Maria Beatriz** esclareceu que os termos de parceria são feitos com OSCIPs e
562 são regidos pela Lei 9790 e pelo Decreto 2100. ela discorreu sobre o significado do
563 termo de parceria e propôs a criação de uma comissão para analisar e deliberar
564 sobre a assinatura desse termo de parceria. Ela se colocou a disposição do
565 Conselho e das suas comissões temáticas para solucionar dúvidas jurídicas, mas a
566 formação de uma comissão para tratar dos assuntos daria mais dinamismo aos
567 trabalhos. ela esclareceu que outra forma de organização dessa parceria seria por
568 contrato de gestão. O Sr. **Alfredo Tiommo Tolmasquim** sugeriu trabalhar não com
569 uma comissão e sim com pareceristas dentre membros do Conselho ou outros
570 especialistas. A Sra. **Maria Beatriz** esclareceu que não é necessário porque o
571 Ministério já conta com o trabalho dos pareceristas. O Sr. **Gustavo Vidigal** indagou
572 quantos são os órgãos de fiscalização. A Sra. **Maria Beatriz** esclareceu que tem a
573 consultoria jurídica, a diretoria de gestão interna, a diretoria de gestão estratégica e
574 o controle interno do próprio Ministério. O Sr. **João Roberto Costa do Nascimento**
575 ponderou que a criação da comissão com reuniões mais freqüentes para conseguir
576 dar conta de todas as demandas, mas que seria preciso criar um mecanismo para
577 compatibilizar o fato de todas as resoluções terem necessariamente que passar pelo
578 Conselho, sem atrasar o trabalho do Ministério. O Sr. **Antonio Menezes Junior**
579 esclareceu que tem certo receio sobre o sentido da idéia de fiscalização. Ele
580 também pediu manifestação a respeito. O Sr. **Paulo Ormindó David de Azevedo**
581 indagou se o Ministério já teria alguma parceria desse modelo em andamento e

582 como seria a implantação, e o acompanhamento, atendendo as especificidades do
583 setor cultural. A Sra. **Maria Beatriz** respondeu que fiscalização é um termo com
584 índice de utilização enorme nas legislações pós Constituição de 88. ela é difusa e
585 por isso não é estranho que um órgão como o Conselho trabalhe com fiscalização,
586 pois a terceira competência do plenário do CNPC é acompanhar e fiscalizar a
587 execução do plano nacional de cultura. Ela explicou que quando o Conselho analisa
588 a destinação do fundo nacional de cultura e analisa os termos de parceria ele o faz
589 dentro de uma competência política que pode ainda depender de um caráter técnico.
590 O Sr. **Michel Claude Julien** indagou sobre a diferença entre o convenio como uma
591 OS ou um convenio como um acordo com a OSCIP. A Sra. **Maria Beatriz**
592 esclareceu que as Organizações Sociais e as OSCIPs tem finalidades específicas
593 diferentes. Os contratos de gestão feitos com as Organizações Sociais tem por
594 objetivo o aperfeiçoamento da gestão e os termos de parceria feitos com as OSCIPs
595 tem objetivos mais sociais como à cultura e a preservação do patrimônio, por
596 exemplo. A Sra. **Dulce Tâmara de Rocha Lamego Silva** indagou porque seria
597 melhor uma comissão do Conselho e não um parecerista. A Sra. **Maria Beatriz**
598 disse que o Conselho terá quatro reuniões por ano e uma comissão será convocada
599 sempre que houver necessidade. O Sr. **Mauricio Vidigal** acrescentou que uma
600 comissão formalizada pode fazer tanto a análise dos termos jurídicos como, a
601 exemplo do CONAMA, fazer propostas de legislação também. Ele sugeriu que a
602 comissão fosse montada por cinco pessoas com três integrantes da sociedade civil e
603 dois integrantes do Governo. Dessa forma a Comissão temática para Assuntos
604 Jurídicos foi montada com os seguintes integrantes: César Piva, Geraldo Moraes,
605 Solange, Osvaldo, Sônia e Sérgio Mamberti. Os suplentes serão: Paula Simon,
606 Dulce Tâmara e Oséias Borba. A Sra. **Maria Beatriz** lembrou da importância de se
607 cadastrar no Siconv que é um sistema de convênios de transparência, publicização
608 e democratização na distribuição dos recursos públicos, relatando as vantagens de
609 se cadastrar e se credenciar nesse sistema e poder se conveniar com qualquer
610 órgão da administração pública. O Poder Público fica continuamente credenciado e
611 a sociedade civil tem de rerepresentar os documentos a cada ano. Ela esclareceu
612 que o cadastro pode ser feito no endereço eletrônico www.convenios.gov.br. A Sra.
613 **Maria Sônia Dias Mendes** ponderou que é preciso evitar o excesso de dificuldades
614 dos tramites dos processos e cadastros. A Sra. **Ana Paula Santana** ressaltou que o
615 Ministério da Cultura tem 80% de seu pessoal terceirizado e que o sistema só pode

616 ser trabalhado por funcionários da casa. O Sr. **Gustavo Vidigal** relatou sobre a
617 seriedade do tramite de emendas parlamentares, principalmente para a área da
618 cultura. Ele sugere que sejam feitas duas moções para o Legislativa: uma de apoio à
619 emenda das artes de 600 milhões de reais e outra de apoio à reestruturação do
620 Ministério da Cultura.

621

622 **Item 9 – Encaminhamentos, Informes e Comunicações**

623

624 O Sr. **Maurício** apresentou o calendário dos próximos quatro seminários estaduais
625 do Plano Nacional de Cultura. Ele pediu ajuda para os membros do Conselho na
626 mobilização em seus respectivos Estados e na organização e divulgação dos
627 seminários. Dia 3, 4 e 5 de dezembro será concluída a etapa de consulta pública dos
628 seminários de São Paulo. Nos dias 1 e 2 será realizada a etapa do Amazonas, em
629 Manaus. Entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro será realizada a etapa do
630 estado do Pará, em Belém. No Acre realizar-se-á nos dias 27 e 28 de novembro. O

631 Sr. **João Roberto Costa do Nascimento** indagou quais serão os próximos passos
632 após o encerramento dos seminários estaduais e como será o tramite no Congresso
633 Nacional. O Sr. **Maurício** respondeu que após a realização dos seminários
634 estaduais entre os dias 5 e 17 de dezembro serão organizados os relatórios dos
635 seminários estaduais que serão entregues ao deputado Frank Aguiar, relator do
636 projeto. Em seguida, será elaborado um substitutivo que será apresentado na
637 primeira sessão ordinária da Comissão de Educação e Cultura de 2009. ele
638 esclareceu que o conteúdo do documento oriundo dos seminários juntamente com
639 os relatórios dos Estados formaram o substitutivo. Ele acrescentou que o grupo
640 temático do plano Nacional de Cultura será incorporado a essa comissão para
641 chegar ao substitutivo. O Sr. **Bruno de Albuquerque Monteiro** lembrou que
642 entregou para o Sr. Gustavo o requerimento de formação do grupo de trabalho para
643 relações exteriores no Minc que será formado em março. O Sr. **Gustavo Vidigal**
644 propôs que fosse escolhidos os suplentes da Comissão do Plano Nacional de
645 Cultura. Dessa forma ficou assim decidido: Du Oliveira será o suplente do Álvaro
646 Santos, o Fernando Rossetti será suplente do Maurício Pestana, a Patrícia Canetti *
647 será suplente do César Piva, o Fórum de Secretário determinará o suplente do
648 Geraldo e a Silvana Meireles será suplente do Peixe. O Sr. **Bruno de Albuquerque**
649 **Monteiro** sugeriu que houvessem sete membros no grupo de trabalho de Relações

650 Exteriores. O Sr. **Gustavo Vidigal** escolheu junto com o conselho os suplentes do
651 grupo de trabalho da Lei Rouanet que são: Roberto Nascimento com o Marcos como
652 suplente, Peixe e Inácio como titular, Amílson, Patrícia, Dulce e como suplentes
653 **Maurício Pestana**, Alice e Fernando Rossetti. Em relação ao calendário de trabalho
654 para o próximo ano ficou decidido que a primeira reunião seria nos dias 24 e 25 de
655 março, a segunda reunião nos dias 2 e 3 de junho, a terceira reunião nos dias 25 e
656 26 de agosto e a quarta reunião nos dias 9 e 10 de novembro. Ele propôs que as
657 reuniões dos colegiados setoriais fossem divididas da seguinte forma: dança, teatro,
658 música, circo, artes visuais e livre leitura no primeiro semestre e as demais no
659 segundo semestre. A Sra. **Dulce Tâmara de Rocha Lamago Silva** solicitou que a
660 reunião do colegiado de dança ocorresse antes do dia 27 de abril. Ficou decidido
661 que a reunião do grupo de teatro será realizada no dia 23 de abril. A Sra. **Maria**
662 **Beatriz de Medeiros** colocou que o colegiado de artes digitais não tem data
663 marcada para reunião. O Sr. **Gustavo Vidigal** esclareceu que este será um caso
664 tratado em separado. Em seguida o Sr. **Maurício Fernando Pestana** leu a moção
665 de aplauso a João Candido e ela foi aprovada pelo Conselho. A Sra. **Paula Simon**
666 **Ribeiro** fez um pedido de moção em relação ao Museu de Folclore Rossini Tavares
667 de Lima que foi aprovada pelo Conselho. O Sr. **João Roberto Costa do**
668 **Nascimento** leu um moção de apoio à transferência da sede da Funarte para
669 Brasília que também foi aprovada pelo Conselho. O Sr. **Oséas de Moraes Borba**
670 **Neto** leu uma moção de apoio à emenda de apoio a projetos em arte e cultura
671 elaborada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado que também foi
672 aprovada pelo Conselho. a Sra. **Sonia Maria Dias Mendes** sugeriu que nas
673 próximas reuniões houvessem momentos de maior interação entre os membros do
674 Conselho. Ela agradeceu e parabenizou a todos pelas iniciativas tomadas. O Sr.
675 **Gustavo Vidigal** leu a moção proposta pelo Sr. José Almino de apoio à
676 reformulação do Ministério da Cultura que foi aprovada pelo Conselho por
677 unanimidade. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** falou que é importante o apoio
678 de todos contra o movimento que proíbe a presença de animais nos circos. A Sra.
679 **Solange Souza Lima** solicitou que fosse estudada a questão do pró-labore de
680 contribuição aos participantes do Conselho para as reuniões. Ela sugeriu também
681 que seja criado um e-mail do CNPC. O Sr. **Gustavo Vidigal** complementou que as
682 atas das reuniões estarão disponíveis no site do Ministério. O Sr. **Alfredo Tiommo**
683 **Tolmasquim** comunicou que foi assinada no dia 28 de novembro de 2008 uma

684 portaria entre o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro da Cultura instituindo
685 uma cooperação técnica na formulação de políticas de integração entre as
686 atividades desenvolvidas pelos Ministérios e entre o Plano Nacional de Cultura e o
687 Plano Nacional de Ciência, tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional.
688 O Sr. **Michel Claude Julien Etlin** fez uma moção de aplauso para o Sr. Gustavo
689 Vidigal pela perfeita organização da reunião e pela forma como ele dirigiu os
690 debates do Conselho.

691

692 O Sr. **Gustavo Vidigal** parabenizou os presentes pela alta produtividade da reunião,
693 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.